



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju - SE, 24 a 30 de março de 2014, Ano XXXI, Edição 1615



www.cinform.com.br

CINFORM

Audiência com Justiça Federal readministra Saúde em Sergipe

Juíza não descarta possibilidade de o Ministério da Saúde interferir no Estado. Mas, antes, é preciso seguir uma série de critérios

■ Secretaria Estadual da Saúde, Ministério Público, integrantes de associações, sindicatos, conselhos de classe, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - e diretores de várias unidades da Fundação Hospitalar de Saúde participaram, na manhã da última sexta, 21, da audiência pública na Justiça Federal para tratar dos termos da decisão do juiz federal Ronivon Aragão, que negou, previamente, a intervenção federal na Saúde sergipana pedida há meses pelos **Ministérios Públicos Estadual e Federal**.

A argumentação utilizada pelo magistrado é a de que,

antes de uma provável interferência federal, via Ministério da Saúde, com fiscalização direta do Senado, é preciso que Sergipe cumpra uma série de exigências, caracterizadas por datas.

E somente depois disso a Justiça voltaria a analisar o caso. Mas Ronivon, ao contrário do que foi veiculado na mídia, não negou deliberadamente a intervenção federal. Apenas acrescentou que o Estado de Sergipe deveria seguir uma série de passos.

Na manhã da última sexta, 21, houve a primeira audiência de instrução, conduzida pela juíza federal Telma Maria Santos Machado. Os MPs, Federal e Estadual, foram representados respectivamente pelas promotoras da Justiça Gicelma Santos Nascimento e Euza Missano.

“Espero que não haja embates para que a minha função aqui seja de coordenar uma ação conjunta para minimizar

essa situação na Saúde pública”, disse a juíza ao encerrar a audiência. Ela agradeceu os esclarecimentos prestados “a um processo já lido, em parte, complexo, como tantos outros desta 1ª Vara”, falou.

A juíza afirmou que vai aguardar os prazos de cada ação executada, no tempo determinado pelo juiz federal Ronivon Aragão. Na sentença, o juiz determinou a execução de medidas nos próximos 180 dias. E a promotora Euza Missano reiterou os problemas enfrentados na Saúde e que fundamentaram a ação com pedido de intervenção.

A secretária de Estado da Saúde, Joélia Silva Santos, fez uma explanação sobre os custos e a forma de gerenciamento da Saúde pelo Estado. Ela esclareceu que o Estado de Sergipe banca atualmente 72% dos gastos com a Saúde e que os recursos repassados pelo Ministério da Saúde cobrem apenas

cerca de 28% do custeio.

Joélia citou, também, os problemas enfrentados decorrentes da deficiência na atenção básica, cuja responsabilidade de gestão compete aos municípios.

“Quando fecha uma UPA, isso impacta diretamente no Huse, superlotando aquela unidade. Quando não há uma ação e um acompanhamento na atenção básica, a assistência preventiva é transformada em assistência hospitalar, com o registro de casos que se agravam quando poderiam ter sido facilmente resolvidos nos municípios”, enfatizou a secretária.

A secretária detalhou o subfinanciamento da Saúde: “A tabela do SUS está congelada há 12 anos. O repasse do SUS para o Huse é de R\$ 3 milhões por mês; quando o custo mensal daquela unidade chega a R\$ 24 milhões, cerca de 8 vezes mais do que nos é repassado”. ■

